



Curso de Formação



CARGOS:

ANALISTA ADMINISTRATIVO
ESPECIALISTA EM GEOPROCESSAMENTO
ESPECIALISTA EM RECURSOS HÍDRICOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à prova objetiva do Curso de Formação, corretamente ordenados de **1 a 80**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **duas horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **25/6/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ana2006.
- II **26/6/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ana2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **29/6/2006** – Resultado final do curso de formação: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ana2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2006 – ANA, de 23/3/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ana2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizada, a sigla ANA referir-se-á, dependendo do contexto, à Agência Nacional de Águas.
- Os itens devem ser julgados exclusivamente com base nas respectivas apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

PROVA OBJETIVA

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens seguintes.

- 1 Constituem bens dos estados federados os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- 2 Os bens dos estados federados incluem as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive as águas acumuladas em decorrência de obras realizadas pela União.
- 3 Compete à União instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.
- 4 É vedado qualquer tipo de exploração de recursos hídricos localizados em terras indígenas ou que atravessem essas terras.

Com referência à Lei n.º 9.984/2000, que dispõe sobre a criação da ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, julgue os itens a seguir.

- 5 A ANA foi criada como uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- 6 A outorga do uso de água em corpos de água de domínio da União, por meio de autorização, para fins de irrigação agrícola, é de competência exclusiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- 7 A ANA pode delegar ou atribuir a agências de água ou de bacia hidrográfica a execução de atividades de sua competência.
- 8 Nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, devem ser respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização: até um ano para início da implantação do empreendimento projetado; até dois anos para conclusão da implantação do empreendimento projetado; e até cinco anos para vigência de outorga de direito de uso.
- 9 A ANA é dirigida por um diretor presidente, escolhido por meio de voto direto, estando habilitados a votar todos os funcionários dessa agência. Podem candidatar-se a esse cargo todos os funcionários de carreira da agência, com mais de três anos no exercício da função.

No tocante à Lei n.º 9.433/1997 que, entre outros aspectos, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, julgue os itens subseqüentes.

- 10 Os fundamentos em que se baseia a Política Nacional de Recursos Hídricos incluem: a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos refere-se ao consumo humano e à dessedentação de animais.
- 11 Os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos incluem a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- 12 A cobrança pelo uso de recursos hídricos constitui um objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- 13 O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, depende de outorga pelo poder público.
- 14 As derivações, captações, lançamentos e as acumulações de volumes de água considerados insignificantes independem de outorga pelo poder público.
- 15 O direito de aproveitamento do potencial hidrelétrico de um rio localizado em território brasileiro está sujeito à outorga pelo poder público.
- 16 Toda outorga de uso de recurso hídrico está condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deve respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.
- 17 O Poder Executivo Federal pode delegar aos estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- 18 A cobrança pelo uso da água objetiva democratizar o seu uso, ou seja, tornar a água um bem de qualidade adequada e acessível a todos os brasileiros.
- 19 Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados prioritariamente no pagamento de salários de funcionários públicos federais da administração direta.
- 20 O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
- 21 É vedada a participação de usuários dos recursos hídricos, ou de seus representantes, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que as decisões desse conselho não sejam influenciadas por interesses de seus membros.

De acordo com o Decreto n.º 3.692/2000, que dispõe sobre a instalação da ANA e aprova a sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos seus cargos comissionados e dos cargos comissionados técnicos, e seu anexo I, julgue os itens que se seguem.

- 22** É vedado aos diretores da ANA o exercício de outras atividades profissionais, exceto se a atividade for de natureza empresarial, sindical ou de direção político-partidária.
- 23** A estrutura organizacional básica da ANA é composta de uma diretoria colegiada, uma procuradoria-geral e uma corregedoria.
- 24** As atribuições da ANA incluem a atividade fiscalizadora do uso de recursos hídricos mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidades e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, obras e serviços pelos agentes usuários de recursos hídricos de domínio da União.

Com referência à Lei n.º 10.881/2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a ANA e entidades delegatárias das funções de agências de águas, relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União, julgue os itens seguintes.

- 25** A ANA pode firmar contrato de gestão, por tempo indeterminado, com empresa privada, para o exercício de funções de competência das agências de água, relativas ao uso de recursos hídricos de domínio da União.
- 26** Às entidades delegatárias podem ser destinados recursos orçamentários e o uso de bens públicos necessários ao cumprimento dos contratos de gestão.

A ética tem relação direta com o ser, com o caráter humano, com condutas sociais. Não deve ser encarada como algo supérfluo ou para poucos, mas como essencial para o bem-estar e a harmonia social. Ela está na base do princípio constitucional que busca relações sociais fundadas no respeito, na não-discriminação. Acerca de ética, julgue os seguintes itens.

- 27** A ética é a essência da moral e, na prática, significa a interiorização das normas morais.
- 28** O pensamento ético fundamenta o comportamento individualista e consumista.
- 29** Nas relações interpessoais, a ética é fundamental para a boa convivência social.
- 30** Os valores éticos contribuem para um melhor desempenho profissional.
- 31** Os princípios éticos preconizam vantagens pessoais ou corporativas.

Um trabalhador constantemente se ausenta do seu setor de trabalho e solicita colaboração dos colegas, alegando sempre problemas pessoais, que não passam de desculpas para sua falta de comprometimento no trabalho. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, levando em conta as linhas de conduta preconizadas pela ética profissional.

- 32** O zelo pela reputação da instituição e da categoria não permite que os colegas colaborem com este trabalhador.
- 33** O espírito de corpo deve sempre prevalecer no ambiente de trabalho, por isso todos devem colaborar com o colega.
- 34** A centralidade da prestação do serviço ao público não permite que os trabalhadores do setor colaborem com esse colega.

Acerca da padronização adotada na redação oficial de documentos da ANA, julgue os itens subseqüentes.

- 35** O pronome de tratamento adequado ao Gerente de Gestão de Pessoas da ANA é Vossa Excelência.
- 36** O correto vocativo em uma correspondência endereçada ao Diretor-Presidente da ANA é Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente.
- 37** Atenciosamente é o fecho adequado em uma correspondência endereçada ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.
- 38** Quando se escreve pela primeira vez a uma autoridade, convém encerrar a correspondência com a frase: Aproveitamos o ensejo para renovar os meus protestos de elevada estima e consideração.
- 39** As datas devem ser escritas por extenso com o algarismo indicativo do dia do mês precedido de zero.

Julgue os itens seguintes quanto à redação oficial de documentos da ANA.

- 40** A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
- 41** Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio estado de direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos.
- 42** As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que se evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos.

Com relação ao direito constitucional, julgue os seguintes itens.

- 43** O primeiro texto constitucional brasileiro a disciplinar extensivamente a administração pública foi o de 1967/69.
- 44** Conforme previsto na Constituição de 1988 as administrações públicas direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, probidade administrativa, moralidade, publicidade e eficiência.
- 45** A aplicação do princípio da legalidade disposto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal deve ser interpretada de modo distinto da aplicação do mesmo princípio tratado no art. 5º da Constituição Federal.
- 46** Entre as disposições fundamentais do art. 37 da Constituição Federal, encontram-se as do concurso público, das licitações, da responsabilidade objetiva do Estado, da participação na Administração e da probidade administrativa.
- 47** A Constituição Federal de 1891 privilegiou, entre os direitos individuais, a proteção à propriedade privada.

Julgue os itens a seguir, a respeito do poder de polícia.

- 48** Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- 49** As manifestações do poder de polícia ocorrem por meio de leis e atos normativos, e atos administrativos unilaterais dotados de auto-executoriedade e coercibilidade.
- 50** O poder de polícia apresenta como limites ao seu exercício a necessidade, a proporcionalidade e a eficiência na prática do ato.

No que se refere aos convênios e contratos da administração pública, julgue os próximos itens.

- 51** O contrato é o acordo de que fazem parte órgãos, entidades da administração pública e organizações particulares. Nele, os objetivos são recíprocos e a cooperação, mútua.
- 52** Contrato de repasse é o instrumento que, destinado à execução de programas governamentais, é utilizado para a transferência de recursos financeiros da União para estados, Distrito Federal e municípios, por intermédio de instituição ou agência financeira oficial federal.

Acerca do serviço público, julgue os itens subseqüentes.

- 53** O conceito de serviço público nasceu na França, como uma atividade essencial de Estado, uma função primordial do poder público.
- 54** Os critérios que caracterizam o serviço público estão divididos, primariamente, em subjetivo, material e formal.
- 55** No critério formal que caracteriza o serviço público, considera-se o agente que presta o serviço público, e não a definição em lei sobre o que é serviço público.
- 56** Entre as atividades desempenhadas pelo Estado, estão o desempenho de atividade econômica e a exploração de atividade econômica. Ao desempenhar atividade econômica, o Estado tenta aliar serviço público e lucro.
- 57** Serviços administrativos, assim como serviços industriais e sociais, podem ser caracterizados como tipos de serviço público.
- 58** Com relação à estrutura da administração pública, é correto afirmar que descentralização administrativa é sinônimo de descentralização política.
- 59** A descentralização administrativa por serviços, após as reformas do Estado na década de 1990, vem paulatinamente sendo substituída pela descentralização por colaboração, que compreende o processo de concessão/permissão/terceirização de serviços públicos.

No que diz respeito à concessão de serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 60** A formalização do contrato de concessão dispensa as regras do direito público, podendo, inclusive, ser dispensada a licitação.
- 61** A mutabilidade do contrato de concessão independe da vontade do Estado, podendo o particular alterá-lo a qualquer tempo, desde que notificada a Administração.

Acerca do controle da administração, julgue os seguintes itens.

- 62** O controle externo da Administração Pública Federal é feito pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- 63** A ação civil pública é o instrumento mais hábil para se garantir direito líquido e certo do cidadão que se sentir ameaçado com ato de autoridade pública.

Considerando o modelo atual do orçamento federal brasileiro, julgue os seguintes itens.

- 64** A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo três leis cuja iniciativa é prerrogativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 65** O enfoque programático privilegia o aspecto macroeconômico do orçamento, como instrumento de expressão das finanças públicas e da política fiscal.
- 66** A partir da determinação das despesas obrigatórias, considerados os volumes das receitas e as metas de resultados, calcula-se o montante possível para as chamadas despesas discricionárias.
- 67** A partir dos limites monetários que são definidos pela Secretaria de Patrimônio da União, no detalhamento da proposta orçamentária, os órgãos setoriais decidirão as metas das ações, em função do custo previsto para cada ação.
- 68** O programa de trabalho, destinatário das dotações orçamentárias, tem seu código formado pelo encadeamento de: esfera orçamentária, órgão setorial, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação e subtítulo.

Considerando a execução orçamentária da União, julgue os próximos itens.

- 69** É correto definir execução orçamentária como a utilização dos créditos consignados no orçamento; já a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando atender à realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade.
- 70** Após o recebimento do crédito orçamentário, as unidades gestoras estão em condições de efetuar a realização da despesa, que obedece aos seguintes estágios: empenho, liquidação e finalização.
- 71** Não há dispositivo na Lei Orçamentária de 2006 que autorize a abertura de créditos suplementares, mesmo dentro de limites preestabelecidos, pelo Poder Executivo.
- 72** Os créditos adicionais são subdivididos em suplementares, especiais e extraordinários.

Julgue os itens que se seguem.

- 73** A programação financeira compreende um conjunto de atividades com o objetivo de ajustar o ritmo de execução do orçamento ao fluxo provável de recursos financeiros; assegura a execução dos programas anuais de trabalho, realizados por meio do SIAFI, com base nas diretrizes e regras estabelecidas pela legislação vigente.
- 74** Na técnica orçamentária, distinguem-se, normalmente, as palavras crédito e recurso. Reserva-se o termo crédito para designar o lado financeiro, representando a dotação ou autorização de gasto ou sua descentralização. O termo recurso é usado no lado orçamentário, indicando dinheiro ou saldo de disponibilidade financeira.
- 75** A movimentação de recursos financeiros é feita de três formas: cota, repasse e sub-repasse. A cota é a movimentação de recursos financeiros do órgão central para os setoriais de programação financeira. Está relacionada com os créditos orçamentários e adicionais, do lado orçamentário. O repasse é a movimentação de recursos financeiros dos órgãos setoriais de programação financeira para entidades da administração indireta, e entre estas, e de entidades da administração indireta para órgãos da administração direta; está relacionado com os destaques de crédito (movimentação externa), do lado orçamentário. O sub-repasse é a movimentação de recursos financeiros entre unidades gestoras pertencentes ao mesmo ministério ou órgão; está relacionado com a provisão de crédito (movimentação interna), do lado orçamentário.

- 76** O resultado primário é apurado pela diferença entre as receitas e as despesas não-financeiras, resultando em *superavit* primário, se a diferença for positiva, ou em *deficit*, se for negativa.

Com relação ao modelo de planejamento atualmente adotado pelo Governo Federal, julgue os itens que se seguem.

- 77** A análise de um problema identificado na sociedade pode resultar na criação de um programa finalístico durante a elaboração do Plano Plurianual. Esse programa pode conter ações dos tipos: atividade, projeto, operação especial ou não-orçamentária.
- 78** A inserção da gestão dos programas nos processos das organizações constitui-se um dos objetivos do Modelo de Gestão do PPA 2004-2007. Exemplo disso é o dispositivo do Decreto n.º 5.233/2004, que atribui a condição de Coordenador de Ação ao titular da unidade administrativa à qual está vinculada uma ação de programa do PPA. O Coordenador é responsável, entre outras coisas, por viabilizar a execução da ação, registrar o desempenho físico desta no Sistema SIGPlan e, ainda, gerir as restrições que influenciam sua execução.
- 79** A avaliação de programas do PPA é composta de quatro grandes blocos de questões: resultados, concepção, implementação e indicadores. As respostas às questões desses blocos são usualmente captadas por meio do Sistema SIGPlan, disponível via Internet aos participantes da avaliação.
- 80** O processo de revisão do PPA caracteriza-se por tratar, em única fase, das modificações na estrutura da programação e da reestimativa das metas físicas e financeiras das ações sob responsabilidade dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e de entidades vinculadas a estes poderes.

